

# Políticas macroeconômicas e o desemprego

PAÍS ABANDONA SUAS POTENCIALIDADES DE CRIAÇÃO DE EMPREGO E AMPLIA CONDIÇÕES DE EXCLUSÃO

MARCIO POCHMANN

A crise asiática tornou mais explícito o elevado grau de dependência da economia brasileira ao mercado financeiro internacional. Além de determinar o nível interno de juros que atenda aos interesses externos, o projeto econômico em curso de integração competitiva subordinada impõe graves consequências sociais, principalmente no caso da escassez de empregos. Entre 1993 e 1997, quando a economia apresentou uma taxa positiva acumulada de 21,5%, o nível de emprego foi comprimido em 340,1 mil postos de trabalho. E isso ocorreu após a eliminação de 2,2 milhões de empregos durante a recessão do governo Collor (1990/92), representando em 1997 praticamente o mesmo volume total de emprego regular de 1992.

O desempenho do mercado de trabalho nos anos 90 aponta para sua desestruturação, isto é: 1) taxas de desemprego pelo menos duas vezes maiores que as dos anos 80; 2) redução da participação dos empregos assalariados no total da ocupação (desassalariamento); e 3) geração de postos de trabalho precários e com baixa produtividade. Esse movimento de desestruturação do mercado de trabalho está associado a múltiplas causas, que podem, porém, ser sintetizadas na mudança de condução das políticas macroeconômicas desde 1990, possibilitando:

- Ampla liberalização comercial e financeira;
- maior endividamento externo;
- taxas elevadas de juros internos; e

**Mecanismo de concentração de renda pelo fato de os juros estarem altos não aparece nas estatísticas**



■ valorização cambial.

Com isso, o Brasil criou uma armadilha que impõe restrições ao crescimento econômico sustentado e gera um déficit estrutural nas contas externas. A ausência de crescimento sustenta-

do decorre de vários motivos, mas tem nas taxas elevadas de juros uma das principais responsabilidades pela montagem de um quadro desfavorável ao aumento da produção e ao investimento e, por consequência, ao emprego em maior escala.

Mas quais os motivos que sustentam os juros internos entre os mais altos do mundo? A resposta parece complexa, mas pode ser simplificada pelo argumento que destaca a necessidade de ter taxas de juros sempre altas, pois o risco cambial brasileiro se mostra muito elevado e

ainda o déficit nas contas externas precisa ser financiado. Em outras palavras, as taxas internas de juros no Brasil não respondem ao déficit nas contas internas, mas às necessidades de fechamento nas contas externas e ao risco cambial.

As contas externas negativas possuem dois componentes principais: 1) o pagamento dos serviços do endividamento externo (responsável por 31% do déficit total nas transações correntes); e 2) o pagamento do déficit comercial e na conta de turismo. Essas duas contas negativas são promovidas pela valorização cambial, que torna artificialmente mais baratas tanto as viagens ao exterior quanto a compra de produtos importados.

Neste último caso, deve-se destacar que as empresas que operam no Brasil realizaram uma mudança no mix de produção, que permite que toda elevação do consumo não seja necessariamente acompanhada inter-

namente da maior produção e emprego, mas de aumentos nas importações. Ou seja, o aumento da produção e a criação de empregos em outros países.

Nos últimos sete anos, por exemplo, a oferta externa de bens de consumo aumentou a uma taxa média anual de 23% no Brasil. Além disso, a participação dos bens de consumo (automóveis, ótica, alimentos entre outros) no total das importações foi de 18,3% (US\$ 11,2 bilhões) em 1997, enquanto foi de 12,9% (US\$ 2,7 bilhões) em 1990.

Por fim, restaria ainda mencionar que a manutenção de juros elevados também atua sobre o processo de distribuição da renda. Há uma transferência de renda daqueles que adquirem produtos por intermédio do crédito, pois pagam um preço adicionalmente maior, que decorre do fato de estarem os juros elevados. Esse mecanismo de concentração de renda nem sempre é evidente, principalmente quando as estatísticas oficiais não levam em consideração o peso dos juros sobre os gastos efetuados por intermédio de crédito.

Com o agravamento do desemprego ao longo dos anos 90, urge desmistificar os argumentos dos que defendem a possibilidade de reduzir a exclusão social a partir da manutenção da atual política macroeconômica. Com a inibição do crescimento sustentado e a transferência para o exterior das fontes internas de dinamização da produção e do emprego, o Brasil abandona suas potencialidades de criação de emprego e amplia as condições de reprodução da exclusão social.

■ Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia, pesquisador e diretor-executivo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)